

Ata da 2ª Reunião do Conselho Consultivo da Ejud4 em 2021

- 1) Aprovação das atas das reuniões de 11-12-2020 e 24-02-2021;
- 2) Grupos de estudo da Escola Judicial em 2021;
- 3) Ensino a distância: proposta de alterações no Ato Regulamentar Ejud4 03/2016;
- 4) Relato de desenvolvimento do Sistema Nacional das Escolas Judiciais (*Sisejud*) pela Ejud4;
- 5) Relato das principais atividades formativas previstas no calendário acadêmico da Escola Judicial para 2021; e
- 6) Assuntos gerais.

Aos 23 dias de abril de 2021, presentes o Diretor da Escola Judicial, desembargador Ricardo Martins Costa; o Vice-Diretor da Escola Judicial, desembargador João Paulo Lucena; o Coordenador Acadêmico da Escola Judicial, juiz Marcelo Caon Pereira; a Coordenadora Acadêmica Substituta da Escola Judicial, juíza Rozi Engelke; e os Conselheiros titulares da Escola Judicial Teresinha Maria Delfina Signori Correia, desembargadora aposentada, Beatriz Renck, desembargadora, Gilberto Souza dos Santos, desembargador, Mateus Crocoli Lionzo, juiz substituto, Marcos Rafael Pereira Pizino, juiz substituto; os Conselheiros representantes dos servidores do Tribunal, Nadir da Costa Jardim e Renê Chabar Kapitansk. Presentes, ainda, o Secretário Executivo da Ejud4, Diogo Grimberg, e seu substituto, Dênis Schorr, a Assessora-chefe da Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento Jurídico da Ejud, Camila Frigo, e o Assessor-chefe substituto da Coordenadoria de Formação e Aperfeiçoamento Administrativo, Alexandre Zoratto. Apurado o quórum previsto no art. 14, parágrafo único, da RA TRT4 49/2017, o Diretor saúda os presentes e dá início à 2ª reunião do Conselho Consultivo da entidade em 2021.

1) Aprovação das atas das reuniões de 11-12-2020 e 24-02-2021.

As duas atas foram aprovadas por unanimidade, nos termos por que disponibilizadas.

2) Grupos de estudo da Escola Judicial em 2021.

O Diretor faz breve relato sobre os Grupos de Estudo existentes na Ejud atualmente e solicita ao Secretário Executivo que esclareça pontuais mudanças, que flexibilizaram maior autonomia aos coordenadores neste semestre. O Secretário esclarece que, em virtude da pandemia do Covid, a qual forçou os encontros dos grupos de forma

exclusivamente virtual, foram aceitos como membros titulares, neste semestre, excepcionalmente, todos os suplentes que se inscreveram no prazo, ainda que ultrapassada a quantidade máxima de inscritos prevista em ato próprio, qual seja, 14 alunos e mais o Coordenador. Após, o Secretário enuncia, primeiramente, os grupos que foram renovados no corrente ano: Análise Normativa Atualizada, Análises Jurídicas da Reforma Trabalhista, e Mediação e Conciliação (exclusivos para magistrados); Mediação e Conciliação, sob outra Coordenadora (exclusivo para servidores); e Direito, Ética e Magistratura, Direitos Fundamentais Sociais, Responsabilidade Civil, e Segurança Institucional e Gerenciamento de Crises (mistos, para magistrados e servidores); e os novos grupos, criados para o exercício de 2021, Aspectos Práticos da Pesquisa Patrimonial, Eu Conciliador, e Introdução à Comunicação não Violenta: teoria e práticas (exclusivos para servidores); e Filosofia do Direito e LGPD e Trabalho, abertos ao público interno misto. Por fim, o Secretário esclarece que é competência do Conselho referendar a criação ou manutenção dos Grupos de Estudos, o que é feito, por unanimidade, pelo colegiado.

3) Ensino a distância: proposta de alterações no Ato Regulamentar Ejud4 03/2016.

Sobre o Ato 03/16, o qual dispõe sobre ações de ensino a distância promovidas ou meramente disponibilizadas pela Escola Judicial, bem como sobre o acesso à MEDIATECA para fins de cumprimento da carga horária relativa às formações inicial e continuada dos magistrados do trabalho da 4ª Região, o Diretor menciona as dificuldades no efetivo controle das horas alegadamente prestadas pelos magistrados em eventos disponíveis na midiateca, além de salientar que alguns cursos possuem conteúdos desatualizados ou são muito antigos. Relata, ainda, que alguns magistrados questionaram o critério que permite o aproveitamento ilimitado de horas de formação em cursos autoinstrucionais para fins de promoção. Neste sentido, propõe ao colegiado alterar o Ato, suprimindo a consideração da midiateca para fins de formação continuada para magistrados (para servidores já não o é) e o aproveitamento de horas de formação em cursos livres e autoinstrucionais disponíveis na EJ Virtual. O Conselho aprova, por unanimidade, a iniciativa de alteração do ato em questão.

4) Relato de desenvolvimento do Sistema Nacional das Escolas Judiciais (Sisejud) pela Ejud4.

A pedido do Diretor, o Secretário faz breve relato sobre o desenvolvimento do Sisejud4, esclarecendo que o TRT4, por meio da Ejud e da SETIC, assumiu, no final

do ano passado, o compromisso de desenvolver o sistema nacional das Escolas Judiciais; que o TRT4 solicitou formalmente o apoio de servidor do TRT24, Tribunal de origem da criação deste sistema, para facilitar a apropriação do programa a ser desenvolvido, recebendo o apoio e a cedência de colega daquele Regional; e que a Ejud criou um grupo específico de trabalho, que tem feito testes e variadas reuniões entre si e com a SETIC para a oportuna implantação do sistema, de acordo com as principais necessidades da Escola Judicial.

5) Relato das principais atividades formativas previstas no calendário acadêmico da Escola Judicial para 2021.

A pedido do Diretor, a Assessora-chefe da CFAJ, Camila Frigo, faz breve explanação sobre as principais atividades a serem propostas no presente exercício, as quais se encaixam nos Eixos e Subeixos definidos pela ENAMAT, a fim de tratar de forma interdisciplinar os conteúdos, superando a fragmentação. No Eixo Eticidade, destacam-se os eventos *LGPD e Fluxo de dados no Processo Judicial e Impactos do Neoliberalismo sobre a Magistratura*; no Eixo Alteridade, serão ofertados os eventos *Pensamento crítico em Direitos Humanos. A Proposta de Joaquín Herrera Flores, e Os Significados da Reforma Trabalhista Brasileira: Impactos no Mundo do Trabalho e na Vida das Mulheres*. Já no Eixo Resolução de Conflitos se destacam as ações *Atualização Legislativa e Jurisprudencial, Itinerário para Assistentes em Execução – módulos 1, 2 e 3, Ação Rescisória – EaD, Peculiaridades do Mandado de Segurança na Justiça do Trabalho - EaD, Gestão participativa (Diretor e Gestor)*, dentre outros. Por fim, no Eixo Direito e Sociedade, se destaca o evento *O Futuro da Jurisdição Trabalhista. Judiciário Uno. Agenda 2030*. Após a explanação, o Assessor-chefe substituto da CFAA, Alexandre Zoratto, destacou os principais eventos promovidos por sua Coordenadoria, como os cursos da *Plataforma Zoom*, necessários para o treinamento urgente dos servidores em ferramentas que viabilizem as audiências virtuais, novidade advinda com a pandemia, os quais objetivam capacitar 350 servidores e 120 magistrados. Além disso, salienta a previsão de novas turmas de *comunicação não violenta*, tema muito demandado por servidores, as atividades anuais obrigatórias de reciclagem para seguranças, e o *Encontro de Gestores*, a fim de oferecer horas gerenciais, o qual replicará o formato a distância adotado no ano passado, com boa aceitação dos gestores. Além disso, o servidor cita a necessidade de oferta de cursos específicos para áreas administrativas do TRT4, como contratações públicas, obras, terceirização de contratos, governança, arquivística, gestão de riscos, dentre outros, bem como inúmeros eventos demandados pelas comissões e comitês do TRT4, a exemplo da Semana de Combate ao Assédio Moral.

Cita, ainda, eventos obrigatórios, como a capacitação em Libras, bem como relata as demandas com pedidos de compra de vagas em eventos externos por outros setores do Tribunal, as quais totalizaram, em 2020, cinquenta contratações distintas, e, neste ano, doze até o momento. O conselheiro Renê relata que o trabalho a distância nas Secretarias de Varas criou relativa adaptação das pessoas a um novo estilo de vida, podendo gerar conflitos entre gestores e servidores num futuro retorno presencial, dado o novo hábito de teletrabalho introjetado pelas pessoas. Assim, sugere que a Ejud auxilie num trabalho de sustentação aos Diretores para o retorno do trabalho presencial. Sinala que as VTs tem características distintas pelo atendimento judicial prestado presencialmente, e ressalta que este contato humano é bem visto por muitos advogados. O conselheiro Renê sugere, por fim, pauta para discussão no próximo Encontro de Gestores: os desafios da transição do regime de trabalho telepresencial para o presencial.

6) Assuntos gerais.

A pedido do Diretor, o Des. Lucena tece considerações sobre a atribuição de 30 horas por semestre como tempo de formação continuada para os conselheiros da entidade. Lembra que essa presunção foi definida em reunião do Conselho no ano de 2013. Sublinha que o Estatuto da Enamat prevê o reconhecimento dessas horas conforme efetiva atuação, o que se afigura difícil mensurar, contudo, porque os membros do Conselho atuam em variadas oportunidades além de nas reuniões do colegiado. Informa pesquisa realizada pela Ejud4 junto a entidades congêneres, sublinhando que os resultados apontam tratamentos divergentes acerca da matéria. Traz a debate a pertinência, ou não, de alteração do critério adotado desde 2013 no âmbito da Escola, inclusive porque também há presunção de horas de formação continuada, por exemplo, para o exercício da direção da entidade e para pareceristas da revista científica. O Diretor sugere manter a regra como está pela natureza do trabalho desenvolvido na Ejud4, o qual envolve múltiplas atividades pelos conselheiros, inclusive por ocasião da realização de eventos presenciais. O colegiado entende adequado, por unanimidade, manter a regra atual, que prescreve a atribuição de 30 horas presumidas de formação continuada, sem prejuízo de eventual e ulterior revisitação do tema.

A pedido do Diretor, o Secretário informa sobre o andamento das obras tendentes à construção de um estúdio de transmissões na Escola, localizado no andar térreo do prédio de sua sede. Noticia a conclusão da parte estrutural da obra, remanescendo faltante, no entanto, o aprontamento dos móveis reservados a guarnecer o ambiente.

Sinala que a proibição do trabalho presencial, inclusive no âmbito da SEMPRO, prorrogou a data estimada à entrega da obra.

O Diretor agradece a presença e a participação de todos, declarando encerrada a reunião.